

## Conclusão: a participação de crianças e adolescentes atravessando países

### The participation of children and young people, crossing countries

Udi Mandel Butler<sup>1</sup>

Irene Rizzini<sup>2</sup>

O tema da participação infantil e juvenil vem atraindo a atenção de pesquisadores profissionais e políticos na maior parte dos países nas últimas duas décadas e vêm suscitando estudos em ampla gama de disciplinas (CHRISTENSEN E JAMES, 2005; SMITH e TAYLOR, 2009; RIZZINI, BUTLER e THAPLIYAL, 2009; RIZZINI e SILVA, 2010). Em especial, o foco sobre os direitos de crianças e adolescentes à participação vem sendo objeto de grande interesse em âmbito internacional. A aceitação geral da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) atesta o consenso global sobre a natureza e extensão dos direitos de participação da criança e do adolescente. Estes incluem o direito de expressar a opinião livremente e de ter sua opinião respeitada em relação a qualquer assunto que afete sua vida (artigos 12, 13). A Convenção estabelece também o direito à associação (artigo 15) e o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de crença (artigo 14). A Convenção dos Direitos da Criança determina que crianças e adolescentes têm o direito de participar socialmente e ter voz nas decisões da família, da escola e de sua comunidade. Desta forma, os governos mundiais, em nome de seus Estados, assumiram a responsabilidade de fornecer as condições necessárias para a criança e o adolescente exercerem o direito de serem ouvidos e de participarem dos processos e das decisões que afetam suas vidas.

O que temos assistido desde a ratificação desse tratado é a disseminação de um discurso de participação que hoje atinge praticamente todo o mundo. Ele é visível no campo das políticas públicas e das práticas de organizações internacionais que atuam junto a essa população, bem como organizações não-governamentais e organizações comunitárias.

O discurso da participação, como os artigos desta edição mostram, também tem permeado os governos de vários países que, em maior ou menor grau, têm incluído, pelo menos no papel, princípios participativos nas políticas públicas e nos programas voltados para esta população. No caso do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) preconiza a participação não apenas das crianças em deci-

sões que afetam suas vidas, mas também a de diversos outros atores por meio dos Conselhos de Direito. Isso possibilita que a sociedade civil participe ativamente da elaboração e deliberação de políticas públicas que afetam esta população nos níveis municipal, estadual e nacional.

Os artigos incluídos neste número de *O Social em Questão* são parte de um movimento de pesquisadores de vários países que estão buscando aprofundar o conhecimento sobre as expressões da participação infantil e juvenil em diferentes contextos. O grupo vem pesquisando diferentes experiências através das quais a participação transforma práticas e relações sociais entre crianças, adolescentes e jovens e entre as gerações. Este interesse em investigar as transformações das chamadas ‘culturas de participação’ em que as crianças e jovens transitam também tem sido o foco de pesquisas recentes realizadas no Brasil (NOVAES e VITAL, 2006; ABRAMO, 2005; ALVIM 2002).

Em um projeto de pesquisa desenvolvido pela equipe do CIESPI (ver texto de BUTLER e PRINCESWAL, nesta revista; CIESPI, 2007), abordamos uma diversidade de formas e de espaços onde a participação ocorre e questionamos o que de fato se define como participação. Por exemplo, o discurso da participação engloba apenas os espaços e as atividades promovidas por governos e organizações não-governamentais, tais como parlamentos de jovens, conselhos de estudantes, projetos de ONGs e assim por diante? Ou abarca também outras formas de cultura e de organização da juventude, como, por exemplo: o Hip Hop ou o baile funk, ou os espaços como a Internet? A participação deve ser apenas entendida como tal quando acontece em espaços e atividades que se ligam com o Estado ou que buscam recursos públicos, sendo, assim, relacionados a uma compreensão mais tradicional da política? Ou a participação também inclui as diferentes formas de associação e de resistência, como certos espaços que podem constituir formas de resistência ao poder e a opressão, mas também podem ser relacionados a criação de novas práticas de se conectar e de expressar diferentes significados (digamos através da música, arte ou de outras formas de expressão). Estas são algumas das questões que nos levam a destacar a importância de estudiosos de diferentes países se unirem para investigar e debater os vários significados, conceitos e práticas associados ao fenômeno da participação.

Nos encontros realizados pela rede internacional sobre participação infantil e juvenil, pesquisadores do Brasil, Índia, África do Sul e Reino Unido (Escócia e Inglaterra) vêm refletindo sobre como a participação das crianças e dos jovens vem sendo entendida em âmbito local e internacional e de que forma se pode apreender as diferenças captadas no processo de teorização.

Como parte das análises do grupo, foram discutidas diferentes linguagens e termos que se aproximam ao conceito de participação. No Brasil, por exemplo, o termo *mutirão* provavelmente decorrente da língua Tupi Guarani, refere-se a uma forma de ação coletiva, como a construção de uma casa, fazer o plantio ou colheita, que é compartilhado e que culmina com uma celebração, muitas vezes como uma forma de reembolso, organizada pelos principais beneficiários da atividade. O conceito *mutirão* é adotado mais coloquialmente como uma prática cooperativa ou atividade coletiva que é compartilhada por um grupo de pessoas que trabalham para um objetivo específico comum. A partilha do trabalho em conjunto e a subsequente celebração estão implícitas na noção de *mutirão*, que é diferente da noção de participação, constituindo a manifestação local de uma prática, que não deixa de ser também uma forma de participar.

Segundo pesquisadores da África do Sul, o *Ubuntu* é um termo que se afina ao conceito de participação, constituindo uma forma de ética ou filosofia presente em diferentes sociedades africanas. Trata-se de um conceito que enfatiza a interligação de um indivíduo com outros que aspiram coletivamente para o bem da comunidade. O ditado que define esse ethos é: “Eu sou o que sou por que somos todos o que somos”. Este campo semântico extrai nuances diferentes da noção de participação oferecendo um novo olhar para práticas e significados locais sobre a participação (BUTLER e SAVYASAACHI, a ser publicado em 2012).

Realizar pesquisas comparativas entre países não é tarefa simples e implica em colocar o fenômeno estudado em um contexto histórico, político e sócio-cultural específico. Este foi o esforço empreendido nos textos que compuseram esta revista. Esta contextualização é o que nos permitiu dar a textura e o sabor de onde advieram as práticas de participação analisadas. Esperamos que, ao apresentar estes estudos, bem como a diversidade de experiências que eles proporcionam, nossas próprias reflexões sobre os contextos específicos de nossas pesquisas possam ser re-animadas e que novas questões possam brotar.

## Referências bibliográficas

ABRAMO, H. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In ABRAMO e BRANCO (org.). Retratos da juventude brasileira. Brasília: Venturi, 2005.

ALVIM, R. *Olhares sobre a juventude*. In NOVAES, R., PORTO, M.; HENRIQUES, R. (org.) Juventude, cultura e cidadania. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

BUTLER, U. M.; SAVYA SAACHI. *Theorizing theory*. In TISDALL, K. and GADDA, A. (Eds.) *Children and young people's participation: challenging cross-country perspectives*. London: Palgrave, Forthcoming 2012.

CIESPI, PUC-Rio. (BUTLER, U. M. et al organisers). *Nós: a revolução de cada dia*. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC, 2007.

CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. *Research with children: perspectives and practices* (Pesquisa com crianças: Perspectiva e Prática). London: Falmer Press, 2000.

NOVAES, R.; VITAL, C. *A juventude de hoje: (re)invenções da participação social*. In Andrés A. Thompson (Org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Editora Petrópolis, 2006.

RIZZINI, I.; SILVA, S. B. *Infância: construções contemporâneas*. O Social em Questão N. 21. Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

RIZZINI, I., BUTLER, U. M. and THAPLIYAL, N. *What does citizenship mean for children and adolescents in Brazil?* In SMITH, A. and TAYLOR, N. (Eds.). *Children as citizens? International voices*. Dunedin: University of Otago Press, 2009.

SMITH, A.; TAYLOR, N. (Eds.). *Children as citizens? International voices*. Dunedin: University of Otago Press, 2009.

## Notas

- 1 Professor de Antropologia Social da Universidade de Bristol, Reino Unido. É pesquisador associado ao Instituto de Antropologia Social e Cultural da Universidade de Oxford e do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI, em convênio com a PUC-Rio), Brasil. E-mail: Udi.Butler@bristol.ac.uk; udibutler@hotmail.com
- 2 Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, www.ciespi.org.br), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: irenerizzini@yahoo.com.br
- 3 Rede Internacional sobre Participação Infantil e Juvenil, como parte do projeto Teorizando a Participação das crianças: Aprendendo entre países e entredisciplinas. Financiado pelo Leverhulme Trust, Research Network, Reino Unido (2008-2010).